UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

NIKSON OLIMPIO DA COSTA

O NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (2020-2025): IMPACTOS NA EFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E NA CONFIANÇA PÚBLICA

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

NIKSON OLIMPIO DA COSTA

O NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (2020-2025): IMPACTOS NA EFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E NA CONFIANÇA PÚBLICA

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Malês, Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

NIKSON OLIMPIO DA COSTA

O NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (2020-2025): IMPACTOS NA EFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E NA CONFIANÇA PÚBLICA

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Malês, Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 23/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e Presidente: Prof. Dr. Marcio Andre
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinadora Interna: Maria Cláudia Cardoso Ferreira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinadora Interna: Prof. Dr. Maria Andrea dos Santos Soares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**PROBLEMA DA PESQUISA**	6
3	**HIPÓTESES**	6
4	**OBJETIVOS**	6
4.1	GERAL	6
4.2	ESPECÍFICOS	7
5	**JUSTIFICATIVA**	7
6	**REFERENCIAL TEÓRICO**	8
6.1	FORMAÇÃO DO ESTADO E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU	9
6.2	NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11
6.3	PATRIMONIALISMO E CLIENTELISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU	13
6.4	NEPOTISMO E SEUS EFEITOS NA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15
7	**METODOLOGIA**	18
8	**CRONOGRAMA**	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto busca analisar os impactos do nepotismo na administração pública da Guiné-Bissau no período de 2020 a 2025. Pretende compreender como a prática se consolidou como um elemento recorrente no aparelho estatal e de que forma influencia a eficiência administrativa, a justiça social e a confiança da população nas instituições.

A prática do nepotismo se verifica quando alguém tem poder dentro de uma instituição pública e usa tal poder para colocar familiares em determinados cargos ou facilitar a entrada das pessoas próximas na função. Em vez de colocar um profissional com potencial para determinada função, e escolhem pessoa, sem devida qualificação, pelo laço parentesco. Este ato acaba criando injustiça, desequilíbrio e vício administrativo, porque as oportunidades passam a ser pautadas por mecanismos de promoção da corrupção.

O nepotismo é um fenômeno muito nocivo em qualquer sociedade, que enfraquece as instituições públicas e compromete o seu funcionamento. Além disso, coloca em risco a confiança da população na administração do Estado. Isso leva todos a pensar que o sistema não está sendo justo e transparente. Quando uma instituição perde reputação é neste momento que surgem dúvidas e até problemas, porque a população deixa de confiar nas decisões tomadas do jeito certo. Essa prática prejudica o presente e afeta até o futuro, dificulta o desenvolvimento do país e traz menos oportunidades para sua população. Nesse sentido, o nepotismo constitui um problema grave, pois compromete a eficiência e a credibilidade das instituições públicas, gerando impactos negativos tanto na estrutura e no funcionamento do Estado quanto na qualidade de vida da população.

O nepotismo caracteriza-se pela prática de conceder cargos, funções ou benefícios públicos a familiares ou pessoas próximas, com base em relações pessoais, em detrimento de critérios da seleção de candidatos tecnicamente mais qualificados para o exercício das funções públicas. Nesse sentido, Guedes, menciona o chamado “nepotismo cruzado”, caracterizado pela troca de nomeações entre autoridades que contratam parentes sem processo seletivo. Um exemplo seria o caso de um governador que nomeia diversos familiares para compor sua equipe de trabalho, prática que se enquadra claramente no nepotismo (Guedes, 2002, p. 14).

Ele é um fenômeno global, presente em diversos contextos, embora manifeste-se de maneiras distintas. No caso da Guiné-Bissau, não se trata de um processo recente, mas sim de uma prática enraizada historicamente na cultura política do país.

Na Guiné-Bissau, observa-se que as seleções para o serviço público frequentemente seguem essa lógica de favorecimento pessoal. Em muitos casos, os indivíduos nomeados não

possuem as qualificações mínimas necessárias para o desempenho adequado das funções, o que compromete a eficiência administrativa. Esse quadro fragiliza o funcionamento da administração pública, limita oportunidades para profissionais qualificados e acentua a descrença social em relação ao Estado. A pesquisa, portanto, busca contribuir para a compreensão crítica desse fenômeno e para a formulação de possíveis caminhos de enfrentamento desta prática.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Este trabalho pretende discutir o fenômeno do nepotismo na Guiné-Bissau, destacando suas implicações políticas, econômicas e sociais. Busca-se compreender como essa prática, entendida como uma forma de corrupção, compromete a administração pública e favorece determinados grupos familiares em detrimento do interesse coletivo. Assim, perguntamos de que forma o nepotismo afeta a eficiência administrativa e a confiança nas instituições públicas da Guiné-Bissau entre 2020 e 2025?

3 HIPÓTESES

1. O nepotismo na administração pública guineense resulta da fragilidade institucional e da predominância de redes clientelistas.

2. O nepotismo compromete a eficiência administrativa e reduz a confiança da população nas instituições públicas.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Investigar as motivações políticas, sociais e culturais do nepotismo no contexto da Guiné-Bissau no ano 2020-2025.

4.1 ESPECÍFICOS

- Identificar os setores mais afetados pelo nepotismo na administração pública guineense;
- Analisar os impactos sociais, políticos e econômicos do nepotismo na sociedade guineense;
- Compreender de que forma o nepotismo influencia a eficiência, a transparência e o funcionamento da administração pública da Guiné-Bissau.

5 JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se pela relevância política e social do tema para a Guiné-Bissau. Entre 2020 e 2025, intensificou-se a nomeação de indivíduos para cargos públicos com base em laços familiares, muitas vezes sem o devido preparo técnico. Essa realidade compromete a qualidade dos serviços prestados à população e reforça desigualdades de oportunidades.

Escolhi o período de 2020 à 2025 para facilitar o acesso dos dados recentes e analisar impactos do nepotismo na eficiência institucional e na confiança da população nas instituições públicas.

Entre 2020 e 2025, observou-se na Guiné-Bissau um aumento significativo do número de pessoas nomeadas para a função pública sem concursos públicos, como ocorreu no Ministério do Interior. Em várias ocasiões, indivíduos foram incorporados nas forças armadas ou na Guarda Nacional apenas por possuírem parentesco com oficiais, sem qualquer preparação adequada. Um dos casos que chamou a nossa atenção, que evidencia essa prática na realidade, é a acusação do deputado da nação José Carlos Monteiro ao ex-ministro do interior Botche Candé, segundo Lusa 2021. Na ocasião, José Monteiro o acusou de nomear seus familiares no ministério do interior. Deu patente à sua esposa e aos seus dois filhos e colocou os sobrinhos na guarda nacional. Monteiro acrescentou que em 100% dos recrutados de guarda nacional, 20% seriam familiares do ministro. Esse caso não só acontece no ministério do interior, também acontece em outras instituições. Essa realidade tem consequências graves porque deixa profissionais qualificados de fora e o país perde quadros acadêmicos capazes de contribuir com seu desenvolvimento, agravando as desigualdades de oportunidades. Além disso, a confiança da população nas instituições públicas é enfraquecida.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo pretende aprofundar a reflexão sobre a cultura política guineense e a fragilidade institucional, temas pouco explorados na literatura. Socialmente, representa uma contribuição crítica para o debate sobre governança, transparência e consolidação democrática no país. Além disso, o trabalho terá grande importância no espaço acadêmico, e vai servir de referência e apoio para futuros estudantes e pesquisadores Interessados em trabalhar as questões ligadas ao nepotismo e assuntos afins.

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência pessoal de observar de perto práticas de favorecimento familiar e indicação de parentes para cargos públicos na Guiné-Bissau. Ao longo dos anos, foi possível perceber que, em diversas instituições estatais, a ocupação de determinados cargos nem sempre ocorre com base no mérito, na qualificação profissional ou em critérios técnicos, mas, em alguns casos, por vínculos familiares, políticos ou pessoais. Essa realidade despertou o interesse em compreender de que forma o nepotismo influencia o funcionamento da administração pública, afeta a eficiência dos serviços prestados à população e contribui para a percepção de injustiça e desigualdade no acesso às oportunidades dentro do Estado. Além disso, a recorrência de denúncias e debates públicos sobre o tema reforçou a necessidade de uma investigação acadêmica que permita analisar suas causas, manifestações e consequências para a governança e o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Ao ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2023, tive a oportunidade de refletir academicamente sobre essas questões, especialmente durante as aulas da disciplina de Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I. Diante disso, considero relevante investigar o nepotismo na administração pública guineense entre os anos de 2020 à 2025. Não somente como uma contribuição acadêmica, mas pela grande importância que esse tema tem para o entendimento social. Entender como as práticas nepotistas podem desestabilizar o funcionamento das instituições públicas e discutir formas de combater esse problema, pois é essencial para fortalecer a reflexão crítica sobre um dos fatores que mais prejudicam o desenvolvimento do país.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta secção, será analisado o processo de formação do Estado e da construção da nação na Guiné-Bissau, articulando os principais elementos históricos, políticos e sociais que contribuíram para a consolidação do Estado guineense. Em particular, discute-se o impacto do período colonial português, o surgimento dos movimentos de libertação nacional, com destaque

para o PAIGC, e a importância da luta armada no processo de independência. Além disso, serão abordadas as transformações institucionais ocorridas após a independência, bem como os desafios relacionados à construção de uma identidade nacional e ao fortalecimento das estruturas do Estado.

6.1 FORMAÇÃO DO ESTADO E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Em conformidade com, Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), frisa que o conceito da nação e suas formas de construção são sui generis, de acordo com a inserção social dos indivíduos numa realidade culturalmente construída. Para dizer de outra maneira, no âmbito político, durante o século XVIII, autora apresenta uma relação com as mudanças vividas no cenário social e político mundial pautado numa condição de vida no qual a nação era necessária para potencializar a soberania. Pois, a partir da perspectiva de Monteiro (2013), dá para perceber que após um longo período de dominação colonial, os países africanos iniciaram processos de transformação política, econômica e social com o objetivo de consolidar Estados independentes e soberanos. Nesse contexto, tornou-se fundamental fortalecer as instituições nacionais, construir uma identidade própria e promover o reconhecimento e o respeito desses países no cenário internacional.

Portanto, a ocupação europeia nos países da África foi o início para a construção do Estado e da Nação. Sendo assim, a cultura tornou-se uma das armas mais fortes para resistir à ocupação dos pais colonos. De acordo com Pereira (2016), na Guiné-Bissau, o principal movimento responsável pela luta de descolonização foi o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após o Massacre de Pindjiguiti, ocorrido em 1959, quando trabalhadores portuários foram reprimidos pelas autoridades coloniais portuguesas, o movimento nacionalista intensificou sua mobilização e passou a adotar a luta armada como estratégia para alcançar a independência. Esse acontecimento é considerado um marco fundamental no processo de libertação nacional e o ponto de partida da guerra contra o regime colonial português. Nesse sentido, a Guerra de Libertação Nacional constitui um evento central para compreender a formação do Estado guineense e a construção de suas instituições desde os primórdios da independência.

Nos países africanos, dos que falam a língua portuguesa, a Guiné-Bissau foi o único país que declarou sua independência de forma unilateral, depois de uma intensa luta armada que matou muitas pessoas e que marcou a história do país.

Conforme argumenta Monteiro (2013), eram partidos políticos que reuniram a todos sem distinção entre raça, cor e religião, ao reagrupamento de diferentes classes sociais, com o propósito de unir forças para lutar contra o sistema colonial. O ensaio pelos interesses coletivos incentivou as "massas camponesas" a ingressarem nas fileiras de luta de libertação para a realização da independência, no caso da Guiné-Bissau.

Como citado anteriomente, isso mostra como a política guineense foi decisiva na luta pela libertação. Onde diferentes grupos sociais demonstraram como a luta pela independência era importante para todos. Além disso, a participação dos camponeses mostrou a resistência do povo.

Monteiro *apud* Cabral (1974), para lutar contra colonialismo português com objetivo de criar um Estado novo, diferente, que favoreça a igualdade de oportunidade para todos e sem distinção, o partido definiu seus princípios quando trata da conscientização política dos seus membros, no destino da nação:

> [...] Unir, criar a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos dum ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, em que, tanto pela nossa História como pelo trabalho dos tugas, estávamos divididos em grupos. Civilizados e indígenas, gentes de mato, balantas, papéis, manjericos e mandingas, etc. etc. O nosso primeiro trabalho é criar certo número da nossa gente, a consciência nacional, a ideia de unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde (Cabral, 1974, p. 141).

Dinte disso, da para ententer que a construção da consciência nacional e da unidade entre diferentes grupos sociais e étnicos é condição para a luta anticolonial e a formação do Estado guineense.

Conforme salientado por José Moreira (2016), as instituições públicas na Guiné-Bissau surgiram através do processo revolucionário por criação do Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC).

Na história da Guiné-Bissau, o partido único (PAIGC) foi muito importante e não só, assim como foi o pilar principal na luta pela libertação nacional. De acordo com Teixeira (2008), o partido passou a controlar toda a vida social, política e econômica do país, o art. 4 da constituição da república de 1973 que definia o PAIGC como a única força política e o dirigente máximo da sociedade e do Estado guineense. Nesse contexto, a formação do Estado da Guiné-Bissau está profundamente ligada tanto à experiência colonial portuguesa quanto ao processo de luta pela libertação nacional. A construção do Estado guineense foi marcada pela resistência ao domínio colonial e pela mobilização conduzida pelo PAIGC, culminando na proclamação unilateral da independência da República da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973.

Posteriormente, a independência foi reconhecida por Portugal em 1974, após a Revolução dos Cravos, consolidando o surgimento do novo Estado soberano no cenário internacional. No entento, Diferente de Estados formados depois de processos internos de interesse institucional, o surgimento do Estado da Guiné-Bissau foi em contexto da ruptura com ordem colonial, carregando a fragilidade estrutural que nos dias atuais impactam sua governança.

Conforme assinala Garcia (2003), a constituição da república demonstra que a Guiné-Bissau é um país soberano e laico. Por outro lado, o país aderiu à democracia constitucionalmente estabelecida, por meio da unidade nacional e na ativa aderência popular, fiscalizando de acordo com ações públicas, com o objetivo de orientar e construir uma sociedade livre e justa.

Como foi mencionado por Garcia (2003), dá para perceber que a constituição não só define a natureza de um Estado, mas organiza os princípios que sustentam a vida democrática do país. A constituição é um elemento principal que regula o funcionamento das instituições do Estado e dos órgãos centrais do país, nesse caso, Tribunal, Governo, Presidência e Assembleia Nacional Popular (ANP). Além disso, rege comportamentos dos individuos nas scoeidades com direitos e deveres sem destinção de cor, raça, sexo e religião.

6.2 NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O termo “nepotismo” tem origem na combinação de ‘’nepos’’ (do latim que significa neto ou descendente) e “ismos” (do grego que é um termo para ações). Dentro desse contexto, pode-se compreender nepotismo, de maneira ampla, como uma prática de beneficiar alguém e prejudicar os outros, que em muitos casos possuem qualificações maiores para uma determinada função ou posição social (Scherch, 2017).

Bellow Soares (2024), Frisa que o nepotismo é a colocação de parentes para ocupar cargo de confiança na administração pública, que é realizado pelo gestor, com o propósito de promover seus interesses pessoais em detrimento do povo que o escolheu para representá-lo.

Segundo o mesmo autor, o nepotismo é uma das práticas mais visíveis da patrimonialização do Estado, onde as fronteiras entre o público e o privado são diluídas. Nesses casos, os interesses familiares, arriscando prevalecem sobre a racionalidade burocrática e administrativa.

No entanto, o nepotismo é um fenômeno entendido como a prática de favorecimento de familiares e conhecidos na ocupação de cargos públicos, isso tem sido observado em diferentes fatores das administrações públicas da Guiné-Bissau. Nesse caso Djú (2016), salientou que, o

estado da Guiné-Bissau virou uma praga, já não é segredo que fundos públicos estão sendo desviados pelo próprio Governo do país. Os locais públicos estão sendo usados com propriedades privadas, onde o responsável apropria dos bens comuns incluindo a nomeação dos parentes, familiares, e muito mais, sem medo de que podem ser responsabilizados pelos seus atos. Portanto, o público passa a ser utilizado como privado.

Nessa esteira, Garcia (2003) menciona que a nomeação de parentes para cargos políticos sem a realização de concurso público fere os princípios de funcionalidade e isonomia de uma instituição democrática. O autor observa ainda que, em determinados contextos, o nepotismo chega a ser institucionalizado, como no caso das primeiras-damas que assumem a direção de instituições sem fins lucrativos de grande relevância social.

Ainda, o mesmo autor afirma que o nepotismo, em sua essência, apresenta forma de favorecimento. Apenas os que possuem grande equilíbrio e retidão de caráter conseguem manter a distinção entre o público e o privado, e deixando a impessoalidade do lado que distorce o exercício da função pública que assumiram.

Modesto (2012) Por sua vez, destaca que o nepotismo enfraquece os princípios republicanos e compromete a qualidade da gestão pública, ao substituir critérios técnicos por vínculos pessoais.

> Entretanto, o conceito de cargo político no Brasil não é preciso e unívoco. Admite inteligência doutrinária e jurisprudencial ampla ou restritiva. Não é certo, tampouco, que agentes sem investidura popular, nomeados de forma unipessoal para cargos públicos em comissão, mesmo quando exercentes de funções de governo, devam estar imunes à vedação do nepotismo. A ressalva abre avenidas amplas para circulação de valores não republicanos e não parece encontrar apoio em qualquer norma de matriz constitucional. Não parece legítimo, por igual, admitir ficções normativas nesta matéria e reconhecer validade a leis que pretendem atribuir o status de ministério ou secretaria a órgãos que não cumprem funções típicas de governo. É elevado o risco de a suposta exceção converter-se em regra, com desmoralização da súmula editada, ao permitir que sejam triviais manobras destinadas a favorecer nos cargos mais elevados do Estado relações de parentesco em desfavor da meritocracia e da seriedade exigida na gestão pública. Não há razões para tolerância com este vício tão enraizado em nossos costumes políticos. O nepotismo desestimula os servidores de carreira, favorece a ineficiência e fragiliza os instrumentos de controle (Modesto, 2012, p. 4).

A análise de Modesto tem a mesma realidade com a Guiné-Bissau ao apresentar que o nepotismo enfraquece o Estado quando as normas técnicas são trocadas com os interesses pessoais. Na Guiné-Bissau, os governantes não sabem distinguir entre cargos políticos e facilitam na nomeação de parentes, criando práticas patrimonialistas que enfraquecem a instituição.

No que refere à organização do governo Modesto (2012), frisa que existe o termo patrimonialismo, em um governante por cunho de governo, ou seja, devido sua ligação com o governo busca uma forma de se solidarizar com os seus parentes por meio de nomeação. O poder é exercido como propriedade pessoal do governante, extensão do seu domínio privado, sem realizar-se a distinção entre esfera pública e a esfera privada para cooptação e favorecimento. O poder é concebido como um bem privado e apropriado por seus exercentes, sempre atentos à proteção de seus dependentes ou afilhados. O governante é o pater famílias supremo (Modesto, 2012, p. 5).

Embora essas práticas existem nos vários países, como caso da Guiné-Bissau onde acontece de jeito mais explícito. Na qual, os governantes abusam do poder e tratam o patrimônio público como se fosse particular sem se importar com as normas que proíbem tais atos, isso apresenta uma realidade que parece universal.

6.3 PATRIMONIALISMO E CLIENTELISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

O patrimonialismo e o clientelismo são atos que distinguem a formação política e administrativa de muitos países, incluindo Guiné-Bissau. O patrimonialismo e o clientelismo é quando não há clareza na separação entre algo pertencente ao Estado e o que pertence aos governadores. Neste sentido, recursos públicos e decisões administrativas passam a ser usados por interesses pessoais, parentes ou de grupos particulares. Este ato produz a fragilidade nas instituições e o Estado na sua capacidade de trabalhar do jeito impessoal e eficiente.

Conforme Monteiro (2013), argumentou que relação entre poder político na Guiné-Bissau, traz muitos desafios para o Estado nação, no que diz respeito às maneiras de ajustar interesse comum da nação assim como dos partidos políticos, nessa perspectiva, os interesses pessoais tem vindo a moldar a configuração da nação guineense por causa de disputas pelo poder político.

A função pública da Guiné-Bissau está cheia de práticas de patrimonialismo e clientelismo, houve um tempo que os políticos ficam fazendo troca de favores com a população, porém, os governantes não sabem distinguir o que é público e o privado. Com essa prática o Estado acaba formando os que não tem a capacidade de estar no poder. Portanto, isso enfraquece a instituição e impede o desenvolvimento social, cultural e político do país.

De acordo com Edgar Djú (2016), a corrupção, nepotismo e patrimonialismo se tornaram pragas para o Estado da Guiné-Bissau, e desvios de recursos públicos nos governos

do país não são mais novidade. As secretarias e os ministérios são vistos como propriedades privadas, onde o chefe ou responsável pode se apropriar de bens públicos incluindo a nomeação dos familiares, parentes, sem medo de responder pelo seus atos nocivos. O público é administrado e tratado como privado.

Porém, o patrimonialismo é um fenômeno perigoso que está enraizado no próprio Estado da Guiné-Bissau. No patrimonialismo, quem tem poder usa o Estado como se fosse dele, e quanto ao sistema com regra, quem manda tem que seguir leis e não tem direito de misturar o que é público e o que é privado. Essas práticas podem influenciar o ato como nepotismo, favorecimento, suborno e propinas.

Segundo Ribeiro (2010), explique que:

> o termo é atribuído por Max Weber, quando se volta para a análise da legitimidade das formas de poder político. Inserindo-se no seu conceito de "sistema de dominação"[40], o patrimonialismo equivaleria a uma forma de "dominação tradicional", cuja "legitimidade repousa na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais ('existentes desde sempre')"[41] . Em contraposição à dominação racional-legal, em que a burocracia se pautar por regras universais, visando à eficiência e possuindo uma clara definição entre os funcionários e os "meios da administração", no patrimonialismo, governantes e funcionários confundem-se com os meios da administração, beneficiando-se privadamente de seus cargos (Ribeiro, 2010, p. 40-41).

De acordo com o mesmo autor, com a nova forma do governo, a má gerência dos recursos públicos continuou. Se não na forma do patrimonialismo "tradicional", evoluiu para um neopatrimonialismo, onde o Estado seria explorado por governantes, pois teria caráter altamente modernizador legitimando-se pelo que está por vir, não pela retirada do passado.

Conforme citado em cima, mesmo depois da república, os governantes ou líderes continuaram com o mesmo sistema de usar o governo como se fosse deles, só que tentando aparecer modernos. Os problemas de nepotismo continuam sendo sustentados com laços familiares e favores prestados aos ditos chefes e responsáveis das instituições públicas do país.

De acordo com Garcia (2003) o nepotismo é uma das práticas mais visíveis da patrimonialização do estado, onde as fronteiras entre o público e o privado são diluídas. Nesses casos, os interesses familiares gerais, arriscando sobrepõem-se a racionalidade burocrática e administrativa. Por outro lado, Rodrigues (2012), enaltece que o nepotismo, grosso modo, é a entrega de privilégios ou cargos na administração pública especificamente em laços familiares.

Desde sua independência em 1973, o país tem enfrentado frequentes episódios de instabilidade política, com consecutivos golpes de estado e interferências militares nos processos civis. Esse ambiente ajudou na implantação de práticas patrimonialistas, conforme

salientado por Guedes (2012), que percebeu o patrimonialismo como uma maneira de orientação do poder baseada em redes pessoais e vinculadas a costumes. Nesse sentido, a seleção dos indivíduos para ingressar nas administrações públicas têm sido várias vezes guiada por fatores extrínsecos ao mérito, como a realidade étnica, parentesco ou política.

> A característica que definia o governo nas sociedades pré-capitalistas e pré democráticas era a privatização do Estado, ou a interpermeabilidade dos patrimônios público e privado. 'Patrimonialismo' significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados. A administração do Estado pré-capitalista era uma administração patrimonialista. Com o surgimento do capitalismo e da democracia, veio a se estabelecer uma distinção clara entre res publica e bens privados. A democracia e a administração pública burocrática emergiram como as principais instituições que visavam proteger o patrimônio público contra a privatização do Estado. Democracia é o instrumento político que protege os direitos civis contra a tirania, que assegura os direitos sociais contra a exploração e que afirma os direitos públicos em oposição ao rent-seeking. Burocracia é a instituição administrativa que usa, como instrumento para combater o nepotismo e a corrupção - dois traços inerentes à administração patrimonialista -, os princípios de um serviço público profissional, e de um sistema administrativo impessoal, formal e racional. Pereira, L. C. B. (1998).

A partir da citação acima podemos perceber que, no contexto da Guiné-Bissau, tem um grande importância no entendimento onde a prática patrimonialista ainda tenha muita influência na administração pública, ajudando para que o nepotismo permaneça e para enfraquecimento da eficiência institucional.

6.4 NEPOTISMO E SEUS EFEITOS NA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os impactos do nepotismo na administração pública são significativos, afetando tanto a eficiência quanto a legitimidade das instituições. Trata-se de um problema estrutural que afeta o funcionamento do Estado.

A prática nepotista é um dos casos mais severos, pois pode levar o Estado a perder sua própria essência, além de representar um ato de favorecimento a familiares ou amigos, dificulta o desenvolvimento institucional. Entretanto, Lourenço e Guimarães (2019), explicam que, em todos os países do mundo, independente da organização política ou estilo do governo, existe uma administração pública. Sem ela, não haveria Estado, nem os governantes poderiam cumprir suas funções de defesa, da ordem, cobrança de impostos, entre outras que compõem a esfera pública.

Considerando a função da administração pública, destacado pelos autores, nota-se que na Guiné-Bissau, o funcionamento é totalmente diferente. Os órgãos estatais são prejudicados

pela prática nepotista e, muitas vezes, atuam em função de interesses pessoais. O nepotismo e patrimonialismo são privilegiados em detrimento do interesse público. Essa prática compromete a eficácia das políticas públicas, aumenta a desigualdade social e dificulta o funcionamento do Estado, trazendo grandes desafios maiores gerando falta de confiança da população nas instituições públicas.

Segundo Soares (2024),

> Conforme estabelece o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta tem obrigação de analisar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia. Porém, a prática do favoritismo anda contra alguns desses princípios, configurando ato de má conduta administrativa nos termos do art. 11 da Lei nº 8429/92 (Soares, 2024, p. 2737).

Partindo da fala do Soares (2024), princípios que guia administração pública deveriam trabalhar a volta do interesse coletivo. Pois, quando olharmos para a realidade da Guiné-Bissau, fica claro que atos como nepotismo e favoritismo andam ao contrário. Escolher por laços familiares ou amigos para ocupar cargos nas funções públicas, pode gerar fragilidade e a moralidade administrativa, além disso pode diminuir a capacidade do Estado funcionar da melhor forma, e tornar as instituições frágil e a políticas públicas torna ineficiente e a população passa a perder a confiança nos dirigentes.

A baixa eficiência na administração pública na Guiné-Bissau, contribui para a ocorrência de práticas como nepotismo, a falta de recursos humanos qualificados, a instabilidade política e o enfraquecimento da capacidade institucional. De acordo com Soares (2024), o agente público tem obrigação de exercer o cargo que lhe foi confiado com responsabilidade, trabalhando em prol do interesse coletivo garantindo um Estado comprometido com a cidadania e a justiça social. No entanto, no caso da Guiné-Bissau, observa-se tudo o contrário, os princípios constitucionais são frequentemente violados, conduzindo o país a sérios problemas e à baixa eficiência da administração pública.

Guedes (2012) destaca a importância da educação cívica e da construção de uma cultura republicana, no qual o interesse público seja priorizado em relação às lealdades pessoais. Isso exige grandes investimentos e tempo na formação de profissionais, comprometida com os valores democráticos e com a lealdade institucional.

Além disso, há evidências da ausência de concursos públicos e do predomínio de nomeações diretas. A seleção de servidores ocorre, muitas vezes, sem ampla divulgação, o que dificulta a fiscalização por parte dos órgãos de controle. Como salientado por Garcia (2003),

em contextos como o da Guiné-Bissau, o nepotismo não é um fenômeno isolado, mas parte de uma lógica sistêmica de ocupação do Estado por redes de autoridade personalistas.

No entanto, está previsto no artigo n° 22, parágrafo 2 de decreto-lei n° 12/94 do estatuto do pessoal da administração pública (EPAP) e no artigo 1º do decreto-lei n.º 4/2012, que o ingresso na administração pública deve ocorrer por meio de concurso público. No entanto, na prática, isso nem sempre acontece. Muitas vezes, a nomeação ocorre com base em vínculos partidários, caracterizando uma prática patrimonialista. Embora a lei es tabeleça que tal conduta é ilegal, ela frequentemente não é cumprida.

A prática nepotista tem causado impactos negativos, como no aumento da desigualdade de oportunidades e na exclusão de profissionais qualificados. Nesse sentido, como sugere Modesto (2012), é fundamental a criação de mecanismos de seleção baseados no mérito, por meio de concursos públicos transparentes e submetidos a rigoroso controle.

Segundo Silva, Pontes e Ferreira (2025), ao ligar o nepotismo com a má gestão e o uso inadequado de recursos públicos, percebe-se que, mesmo que a estrutura da administração pública fique bem estruturada para responder ao interesse dos administrados, na prática, muitas vezes mostra problemas de funcionamento. Casos como alta distribuição de recursos, sobreposição de função, e fragilidade na estrutura de gestão interna, impactam muito a eficácia da administração pública direta.

Assim, acontece na Guiné-Bissau, o que impacta na eficiência da administração pública, assim como na confiança da população nas instituições devido a essas práticas. Porque o nepotismo influencia muito a má gestão pública, visto que prioriza mais os interesses pessoais em vez de interesses públicos ou critérios técnicos, por isso, houve problemas de usos inadequados de recursos, aposição de função e fragilidade na gestão, afetando a eficácia da administração pública.

Posto isso, ao assumir cargos de confiança com pessoas menos preparadas, o nepotismo não só desrespeita servidores de carreira, assim também enfraquece a capacidade ligada à máquina pública, criando desperdícios de recursos públicos e acabam com a confiança social nas administrações. Segundo Silva, Pontes e Ferreira (2025).

Nota-se que o fenômeno tem poder de prejudicar à moralidade e a confiança da população nas instituições. De acordo com os mesmos autores, independentemente de comprometer com a ética administrativa, a prática acaba com a confiança do povo nas administrações públicas.

A administração pública da Guiné-Bissau está marcada pela prática do nepotismo, que vem causando impactos nocivos e fugindo de qualquer controle, a ponto de o ato se tornar algo

considerado normal. Há até um ditado popular que costuma ser dito quando alguém consegue ser nomeado para um cargo público; em língua guineense , os famíliares costumam dizer: "*Abó kuna bim kumpu Guiné? Furta dê tam panô descansa.*"[1] Isso mostra como essa mentalidade se tornou comum e prejudica o país no seu desenvolvimento.

7 METODOLOGIA

A metodologia que será adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, por possibilitar uma compreensão mais aprofundada do fenômeno do nepotismo na administração pública da Guiné-Bissau 2020 a 2025: impactos na eficiência institucional e na confiança pública. Considerando suas dimensões históricas, sociais e institucionais. Em conformidade com Mineiro *et al.* (2022), a pesquisa qualitativa baseia-se em uma abordagem da pesquisa que considera a conexão do sujeito com o mundo e suas relações.

Tal como ilustra o Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Do mesmo modo, o autor afirma que, a pesquisa exploratórias, têm como objetivo de facilitar maior ligação com o problema, tornando ele mais claro ou ajudando a construir hipóteses. Pois, servem para o desenvolvimento de ideias ou a descoberta de intuições.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar não apenas a ocorrência da prática, mas também os seus significados, causas e impactos sobre o funcionamento das instituições públicas no período de 2020 a 2025.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa será desenvolvida a partir de três eixos. O primeiro consiste na pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já concebido, composto sobretudo de livros e artigos científicos.

Que será realizado por meio do levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais publicações acadêmicas relacionadas ao nepotismo, à administração pública, à corrupção e à cultura política na Guiné-Bissau. Esse levantamento permitirá construir o referencial teórico que fundamentará a análise do problema investigado.

[1] Esta expressão em lingua guineense é utilizada pelo familiares e pessoas próximas para aconselhar alguém nomeodo para um cargo publico. A frase pode ser traduzida livremente como: você que vem para mudar Guiné? Roba para nos descansar.

O segundo eixo corresponde à análise documental, que em consonância com Sant'Ana, Lemos, (2018), é a técnica exploratória usada para levantamento de dados qualitativos nas pesquisas educacionais. Dessa forma, realizaremos a com base na consulta de leis, decretos, regulamentos administrativos, relatórios institucionais e outros documentos oficiais da Guiné-Bissau. Essa etapa será importante para compreender o quadro normativo e institucional que regula a administração pública, bem como identificar possíveis mecanismos formais de controle e prevenção do nepotismo.

O terceiro eixo compreende a realização de entrevistas semiestruturadas, de acordo com Gerhardt (2009), o pesquisador prepara suas perguntas (roteiro) sobre o assunto que está sendo analisado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre o tema que vão surgindo como desenvolvimento do tema principal.

Nesse caso, sempre que houver viabilidade, será realizado com servidores públicos, acadêmicos e especialistas. Essa etapa também pode ser realizada através de mídias sociais (Google meet, Facebook, WhatsApp etc… As entrevistas buscarão captar percepções, experiências e interpretações sobre a presença e os impactos do nepotismo na administração pública no país. Para os servidores públicos, as questões abordarão a existência de casos de nepotismo nas instituições, os impactos dessas práticas sobre o desempenho institucional, a presença de mecanismos de controle e a influência do nepotismo sobre a motivação dos servidores. Já para acadêmicos e especialistas, as entrevistas buscaram compreender os fatores que explicam a persistência do nepotismo na Guiné-Bissau, sua possível relação com práticas de corrupção e seus impactos na administração pública. Além disso, também serão consideradas questões voltadas à dimensão social do problema, especialmente no que se refere aos efeitos do nepotismo sobre a confiança da população no Estado e às possíveis medidas para a redução dessa prática.

Os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, da análise documental e das entrevistas serão organizados e interpretados com base na técnica de análise de conteúdo, que em conformidade com Gerhardt, (2009), a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa e, portanto, tem determinadas formas metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. essa técnica permitirá identificar padrões, recorrências e categorias analíticas relacionadas às causas, manifestações e efeitos do nepotismo na administração pública da guiné-bissau, contribuindo para uma compreensão crítica do fenômeno no recorte temporal 2020 a 2025.

8 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	**SEMESTRE 2026.2**	**SEMESTRE 2027.1**	**SEMESTRE 2027.2**	**SEMESTRE 2028.1**
Levantamento bibliográfico	**X**	**X**		
Coleta de dados		**X**		
organização dos Dados		**X**	**X**	
Escrita do artigo			**X**	**X**
Revisão do artigo				**X**
Defesa				**X**
Entrega do texto final				**X**

REFERÊNCIAS

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional–conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). In: UFBA, Salvador. 2013

DA SILVA, Karlo Gabriel Bernardo; DE PONTES, Maria Raquel Costa; DA SILVA, Ana Marília Dutra Ferreira. NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A LEGALIDADE E OS IMPACTOS NA GESTÃO PÚBLICA. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 3269-3294, 2025.

DJÚ, Edgar. Concurso público: estudo comparativo entre a legislação brasileira e guineense. 2016. Informação desponivel em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/503. . Acesso em: 20 de jan 2026.

DOS REIS Soares, Ederson Lopes, Jose Augusto Bezerra. Nepotismo e seus impactos na administração pública. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 2736-2751, 2024. Informação desponivel em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13979 . Acesso em: 2 de dezem 2025.

GARCIA, Emerson. O nepotismo. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, anno, v. 8,. 2003. Informação desponivel em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2791465/Emerson_Garcia.pdf . Acesso em: 11 de dezem 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, ANTONIO CARLOS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa** . São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Marilena Cordeiro. **Importância do concurso público para combate ao patrimonialismo na Guiné Bissau**. Redenção/Ceará, 2021. Informação desponivel em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2679 . Acesso em: 11 de dezem. 2025.

GUEDES, A. **Gestão Pública e Valores Democráticos.** São Paulo: Atlas, 2012

GUINÉ-BISSAU, Recrutamento e Seleção de Pessoal para os Quadros da Administração Pública. (**Decreto-lei n° 4/2012, de 10 de outubro- Suplemento ao Boletim Oficial n° 42, de 2012**).

LOPES, Carlos. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau**. Coleção "KACU MARTEL", n.º 2. Lisboa, 1987.

LOURENÇO, Alcinei Pansiere; GUIMARÃES, Leonardo Moreira. EMPREGABILIDADE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E OS CONFLITOS QUE ENVOLVEM O NEPOTISMO. **REVISTA CIENTÍFICA**, p. 7.

LUSA. **Deputado acusa ministro do Interior da Guiné-Bissau de nepotismo e divisão étnica**. *RTP Notícias*, Lisboa, 17 nov. 2021. Disponível em: RTP Notícias. Acesso em: 21 maio. 2026.

MINEIRO, Márcia; DA SILVA, Mara A. Alves; FERREIRA, Lúcia Gracia. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 31, n. 03, p. 201-218, 2022.

MODESTO, Paulo. Nepotismo em cargos político-administrativos. **Revista Brasileira de Direito Público**. Ano, v. 11, 2012. . Informação desponivel em: http://www.direitodoestado.com.br/artigo/paulo-modesto/nepotismo-em-cargos-politico-administrativos . Acesso em: 11 de novem. 2025

MOREIRA, José. **O nepotismo na administração pública guineense:** Uma análise partindo dos ingressos no funcionalismo público. 2021. Informação desponivel em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2775. Acesso em: 23 maio. 2026.

NHAGA, Ivaldino Carlitos e COELHO, Fernando de Souza A Trajetória da Administração Pública de Guiné-Bissau no Pós-Independência (1974-2010): uma periodização dos "eventos antecedentes" da reforma administrativa de 2011. 2023. **X Encontro Brasileiro de Administração Pública.**

PEREIRA, Fela Armando, et al. **Processo de formação do estado em Guiné-Bissau (1974-2012):** uma análise teórica à luz de Charles Tilly. Florianópolis 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Gestão do setor público:** estratégia e estrutura para um novo Estado. Reforma do Estado e administração pública gerencial, v. 1, p. 21-38, 1998. Informação desponivel em: https://www.scielo.br/j/rep/a/5GLG9Nj8PTg5nzpXDh9Nmmy/?lang=pt . Acesso em: 11 de novem. 2025.

RIBEIRO, Isolda Lins. Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil. **conpedi. org. br**, 2010. Informação desponivel em: https://williamfreire.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Patrimonialismo_e_personalismo_a_genese.pdf. Acesso em: 17 de mar. 2025.

RODRIGUES, João Gaspar. Nepotismo no serviço público brasileiro e a SV 13. **Revista de Direito Administrativo**, v. 260, p. 203-229, 2012.

TINIGUENA; LGDH. **Diagnóstico Situacional - Funcionamento da Administração Pública na Guiné-Bissau:** Percepção de Servidores e Utentes. Bissau, 2023. Informação desponivel em: https://convencaocidada.gw/assets/docs/anexos/9bb27b70-a454-4f03-8432-ae7dc3f4f91f_Relat%C3%B3rio_PMAP.pdf. Acesso em: 17 de jun. 2026.